



Em Salvador, o processo de venda da Estação da Lapa representa mais uma ação do governo municipal, entre várias já realizadas, inseridas na política de privatização dos espaços, bens e serviços públicos, **em outras palavras, é como se o atual prefeito, Antônio Carlos Magalhães Neto, estivesse etiquetando toda a cidade em uma daquelas liquidações de “Queima de Estoque” onde bastando o dinheiro no bolso, leva-se para casa todo e qualquer produto.** O maior terminal rodoviário da cidade, com um fluxo médio de 400 mil pessoas por dia, não ficou muito tempo na vitrine e sua compra foi efetuada por um grupo formado por três empresas, **Socicam (SP), Participa (SP) e Axxo (BA)** que irão operar o referido terminal pelos próximos 35 anos, podendo ser prorrogável por igual período, totalizando 70 anos!

A velocidade com que o **Projeto de Lei nº 903/13** foi apresentado e aprovado poderia até nos surpreender, mas a ausência de diálogo e transparência para com a população constitui apenas uma característica típica dos representantes do Estado. Assim, cabe destacar que o referido projeto foi apresentado ao legislativo (câmara dos vereadores) em uma quinta-feira (12/12/13), sua votação e consequente aprovação realizou-se na segunda-feira (16/12/13), não havendo entre as respectivas datas nenhuma sessão ordinária ou extraordinária para tratar de tal assunto.

Diante da dimensão e importância com que o assunto deveria ser tratado, vocês acreditam que os vereadores tiveram tempo suficiente para estudar e compreender o projeto pelo qual votavam? E mais, em que momento desse processo a opinião e as alternativas que poderiam ser apontadas pela população soteropolitana foram consideradas? Como se vê, tal ação avançou independentemente daqueles e daquelas que vivem cotidianamente o Terminal da Lapa, resultando dessa forma na **Lei nº 8.545** de 22 de Janeiro de 2014 que autorizou a prefeitura a alugar mais um

serviço público aos ‘cuidados’ dos empresários.

A partir da administração da iniciativa privada a exploração comercial vai se tornar predominante no Terminal da Lapa. Vai se cobrar pra usar todo tipo de equipamento existente, entre eles, os banheiros. Pretende-se transformar a área superior da Lapa em mais um Shopping, como se já não houvesse bastante, inclusive nas imediações do Terminal (Shopping Piedade e Shopping Center Lapa). Decisões relacionadas diretamente com o processo de desenvolvimento urbano, como representa esta ação de privatização e reorientação das dinâmicas do Terminal da Lapa, deveriam considerar as diferentes possibilidades de uso do solo. Se isso tivesse sido feito, seria possível compreender sem muito esforço os problemas decorrentes da localização de mais um shopping nas imediações do centro da cidade. Aumentar o fluxo de pessoas e veículos para um ambiente já pouco acessível não parece ser uma das melhores alternativas para aquele local. Agora me diga, alguém te perguntou alguma coisa? Pois é, **o Estado não pergunta e não autoriza nossa verdadeira participação nos assuntos que nos afetam diretamente. Por outro lado, quantas reuniões e encontros não foram feitos com os empresários no alto dos prédios e nos gabinetes do prefeito e dos seus secretários?**

Essa conversa de repassar a administração de bens e serviços públicos para iniciativa privada é bem conhecida aqui no Brasil. Em geral, o discurso é que repassando a responsabilidade para tais grupos a melhoria da infraestrutura, do atendimento e oferta de serviços estaria assegurada, aquele velho ‘migué’ já conhecido pelo menos desde os anos 90. **A lógica estabelecida é a da transformação daqueles serviços públicos essenciais, como a saúde, educação, habitação, energia e transporte – só para citar alguns – em serviços privados, tratados enquanto mercadorias, voltados exclusivamente para o lucro.** O sucateamento dos equipamentos públicos representa ação intencional por parte dos governantes, para eles, que estão a serviço dos grandes empresários, quanto pior um bem ou serviço mais fácil convencer o cidadão comum de que a melhor alternativa seria transferir tal responsabilidade para o setor privado, lavar as mãos e repassar o preço disso, literalmente, ao usuário final.

Faça um exercício, a propósito, e reflita sobre as condições da mobilidade e do Transporte Coletivo Urbano que nós enfrentamos todo dia aqui na cidade da Bahia. Desde o dia 02/01/15 pagamos R\$ 3,00 para circular pela cidade, além de uns ônibus coloridos, uns painéis eletrônicos aqui e acolá, fale-me da demora na espera dos ônibus, dos pontos lotados, dos intermináveis engarrafamentos, dos finais de linha mal estruturados, dos pontos de ônibus sem abrigo, ufa! Trocando em miúdos, não é com aumento de passagens que se resolve o problema das linhas mal planejadas, da frota insuficiente, dos trabalhadores e trabalhadoras submetidos a precárias condições de trabalho e etc., mas volte-mos a estação da Lapa.

Inaugurada nos anos 80, o Terminal da Lapa tem estado nos últimos anos em situação precária de conservação, lembre-se, de forma intencional. Iluminação inadequada, infiltração, restritas opções de acessibilidade (escada rolante ali é só enfeite), má conservação dos banheiros, pisos e calçamentos, ausência de assentos e abrigos adequados para espera dos ônibus e por aí vai. É indiscutível que a Lapa precisa de todo tipo de reformas, no entanto, o que se questiona aqui é o caminho fácil realizado pela prefeitura, que abre mão dos serviços públicos essenciais como primeira e única alternativa a ser executada. Trata-se de falta de alternativas ou de uma opção política comprometida com os opressores?

Todo este cenário demonstra, entre outras questões, a imposição histórica que o Estado exerce sobre os indivíduos e a restrição de liberdade e participação concreta nos interesses coletivos. As ações específicas do governo municipal sob a batuta de Antônio Carlos Magalhães Neto só confirmam as considerações que aqui nos referimos. Se não podemos ignorar a presença do Estado nas nossas vidas, precisamos explorar, sempre com muita cautela, as brechas apresentadas por ele. Contudo, é priorizando sempre a ação direta, através da organização dos oprimidos em suas lutas cotidianas que conquistaremos de forma mais efetiva a nossa autonomia na construção de uma outra realidade.

